

MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS: DESAFIOS E CONQUISTAS NA LUTA POR TERRA E EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CEARÁ

Autor (es): Paulo Henrique de Souza Lima¹ ; Glauciana Alves Teles² ; Aldiva Sales Diniz³

¹Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROPGEO/UVA; E-mail:
paulohenriquedesouzalimah@gmail.com,

²Coordenadora do PROPGEO/UVA e Orientadora da pesquisa E-mail: glauciana_teles@uvanet.br

³Docente do PROPGEO/UVA e Coordenadora da pesquisa; E-mail: aldiva_sales@uvanet.br

Resumo: Os movimentos socioterritoriais lutam pela reforma agrária e pela Educação do Campo. Como objetivo geral, a pesquisa visa compreender os desafios e conquistas dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra e Educação do Campo no Brasil e no estado do Ceará. A metodologia compreende análise e revisão bibliográfica, pesquisa documental e levantamento de dados sobre o fechamento de escolas no Brasil e no Ceará, e por fim, participação em um encontro formativo das escolas do campo. Os primeiros resultados apontam para o entendimento dos movimentos socioterritoriais no campo como espaços de afirmação dos territórios camponeses na luta pela terra e a educação com currículo próprio que valorize as especificidades locais. Em contrapartida, se tem o desafio da negação dos direitos com o fechamento de escolas no campo. Como conclusão, entendemos que os movimentos socioterritoriais e os camponeses vem se afirmando na luta pela terra e educação.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais, Educação do Campo, Fechamento de escola no campo.

INTRODUÇÃO E OBJETIVO (S)

A luta pela terra e educação se espacializa pelo território. Assim, os movimentos socioterritoriais resistem e reivindicam seus direitos em meio aos desafios e perspectivas impostas pelo capitalismo na sua fase atual. Com isso, a pesquisa tem como questões norteadoras: como os movimentos socioterritoriais em especial o MST vêm se afirmando na luta pela terra e educação no Brasil e no Ceará? Assim, se pressupõe que a afirmação dos movimentos socioterritoriais se espacializa no território criando espaços de lutas e resistência do povo camponês com a conquista da terra e educação. Este texto apresentado é parte das reflexões e ideias que vêm sendo construídas em nossa dissertação de mestrado no PROPGEO/UVA e tem como objetivo geral analisar quais desafios e conquistas dos movimentos socioterritoriais na luta pela terra e Educação do Campo no Brasil e no Ceará e seus rebatimentos na reafirmação do campesinato. Como objetivos específicos, intentamos entender a contextualização da luta por terra e Educação do Campo no Brasil e no Ceará; identificar a problemática do fechamento de escolas de Ensino Fundamental localizadas no campo e; entender o papel dos movimentos socioterritoriais em especial o Movimento dos Sem Terra (MST) na conquista da Educação do Campo no estado e afirmação do campesinato no Ceará. O motivo de realização da pesquisa origina da luta do Movimento Sem Terra-MST, por políticas públicas de acesso à terra, por reforma agrária e por educação que, historicamente, e foi renegada pelo Estado. Com isso, o movimento de reivindicação por reforma agrária e educação do campo no Brasil em especial no Ceará que vem afirmando por meio da conquista dos assentamentos e das escolas do campo no estado, e assim temos a

missão de entender a natureza, os contextos e cenários desse movimento de conquista que articula tensões socioterritoriais e o campo da educação como instrumento de poder sobre os territórios camponeses.

MATERIAL E MÉTODOS

Este texto possui um caráter qualitativo e documental. No primeiro momento foi realizada revisão bibliográfica com suporte em autores como Fernandes (2012), Oliveira (2018), Stédile (2005), Diniz (2009) entre outros. A pesquisa também realizou análise de decretos, leis e portaria sobre a educação do campo, bem como a leitura e análise da matriz curricular das escolas do campo no site oficial da Secretaria da Educação Básica do Estado do Ceará-SEDUC/CE. Foi realizado um levantamento territorial do número de escolas de Ensino Fundamental foram fechadas no campo a nível nacional e estadual por meio da consulta ao site do Governo Federal nos censos escolares já realizados entre os anos de 2007 a 2022, em específico, o número de escolas no campo fechadas. No segundo momento foi realizada uma visita a uma escola EEM José Fidelis de Moura, localizada no município de Santana do Acaraú- CE, no Assentamento Bonfim Conceição, que na ocasião estava ocorrendo um encontro formativo de educadores e educadoras do campo de três escolas do campo do estado. Por fim, se realizou análise dos resultados e escrita do deste manuscrito.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com estudos preliminares da pesquisa, compreende-se que a luta pela terra e pela educação andam juntas, já que a conquista da terra se tem a necessidade de outras conquistas dos camponeses, a exemplo da apropriação de conhecimentos para um melhor engajamento nas lutas. Assim, os movimentos socioterritoriais como o MST lutam pela reforma agrária. Segundo Stédile (2005), a origem do MST surge de alguns movimentos de luta pela terra, como nas primeiras ocupações de terra na região sul do país. O MST vai ser reconhecido como data de fundação em 1984, no primeiro encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel, Paraná.

Fernandes (2012) aponta a importância do movimento socioterritorial, haja vista, a conquista do território como condição essencial para sua existência, por isso, a ocupação de terra é uma das formas de atuação dos movimentos camponeses no Brasil. Assim sendo, os movimentos socioterritoriais como o MST “nasceram da ocupação da terra e se reproduz por meio da espacialização e da territorialização da luta pela terra. As conquistas de frações do território do latifúndio e a sua transformação em assentamento [...]” (Fernandes, 2012, p. 489).

No estado do Ceará, conforme analisa Diniz (2009), a luta pela terra se inicia no interior dos latifúndios, tendo como reivindicação o direito de pagar a “renda justa”. Foi através dessa luta, que se desenvolvia no interior de vários latifúndios, que o MST se organizou tendo como marco a primeira ocupação que ocorreu no dia 25 de maio de 1989 no município de Madalena, dessa ocupação resultou a conquista do Assentamento 25 de Maio. Com a conquista da terra, se tem a necessidade de escolas nos assentamentos para a formação e educação dos assentados e assentadas, e assim, se inicia a luta pela educação nos territórios camponeses. Como resultado desse contexto, tem-se a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), uma política de educação nas áreas de reforma agrária (Santos, 2012). Além disso, foi promulgado o Decreto Lei nº 7. 352/2010 que “dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA” (Brasil, 2010, p. 1).

De acordo com Oliveira (2018), no Ceará, por meio da reivindicação dos Movimentos e dos camponeses por escolas nos assentamentos se deram com ocupação de órgãos públicos, e reuniões com o então governador do estado Cid Ferreira Gomes no ano de 2007 com a conquista das escolas do campo de Ensino Médio. Atualmente, no Ceará, tem-se 10 escolas construídas e em funcionamento e mais 2 em fase de construção.

Em contrapartida à conquista das escolas de Ensino Médio do campo, foi verificado um número cada vez maior de fechamento de escolas no campo. Por meio de uma consulta realizada no site do governo federal do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entre os anos de 2000 a 2021, há um total de 104.385 escolas fechadas no campo no Brasil (Brasil, 2022a). Cabe destacar, que não há uma especificidade de escola *do campo* e *no campo* no material pesquisado, somente escolas rurais. Sobre a concepção de escola do campo (Molina e Sá, 2012), trata que estas escolas são fruto da luta da classe trabalhadora por educação. Entende-se, no entanto, que ao fechar uma escola no campo se tem uma negação do direito à educação e a ampliação das dificuldades do avanço e territorialização da Educação do Campo. Outra consulta realizada no site do Governo Federal, do INEP data, foi levantado o número de fechamento de escolas no campo no Ceará entre os anos de 2007 a 2022. Ressalta-se que esta plataforma não disponibiliza dados dos censos de anos anteriores de 2007. As escolas no campo fechadas no Nordeste entre 2007 a 2022, somam um total de 23. 224 escolas, passando para um total de 50.608 para 27.384 escolas no campo. No Ceará se tem uma redução neste mesmo período de 3.607, passando de 6.156 para 2.549 escolas de campo (Brasil, 2022b). Em meio a essa problemática do fechamento de escolas no campo, o MST vem lutando contra essa realidade.

Com a conquista das escolas de Ensino Médio no Ceará, se tem a luta pela construção de um currículo que atenda às necessidades dos camponeses, assim sendo o currículo dessas escolas são diferenciados. A seguir, se tem a matriz curricular das escolas do campo na Figura 1.

	COMPONENTES CURRICULARES	C/H SEMANAL	C/H ANUAL	C/H TOTAL
BASE NACIONAL COMUM	LÍNGUA PORTUGUESA	4	160	480
	ARTES	1	40	120
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	80	240
	MATEMÁTICA	4	160	480
	FÍSICA	2	80	240
	QUÍMICA	2	80	240
	BIOLOGIA	2	80	240
	HISTÓRIA	2	80	240
	GEOGRAFIA	2	80	240
	FILOSOFIA	1	40	120
	SOCIOLOGIA	1	40	120
	PARTE DIVERSIFICADA	LÍNGUA ESTRANGEIRA	2	80
PROJETOS, ESTUDOS E PESQUISAS		2	80	240
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E TÉCNICAS PRODUTIVAS		4	160	480
PRÁTICAS SOCIAIS E COMUNITÁRIAS		2	80	240
	TOTAL	33	1320	3960

Figura 1 - Matriz Curricular das escolas do campo do Ceará.

Fonte: Secretaria de Educação do estado do Ceará, SEDUC/CE (2023).

A figura 1 apresenta os componentes curriculares, compostos pelas disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da Base Diversificada. Segundo Oliveira (2018), a base diversificada está voltada à construção de educandos pesquisadores (as), em contexto com o trabalho camponês, buscando intervir diretamente na realidade, são elas: Projetos, Estudos e Pesquisas - PEP, a Organização do Trabalho e Técnicas Produtivas- OTTP, e Práticas Sociais e Comunitárias - PSC. O campo experimental é outro espaço formativo da agricultura camponesa que integra a escola e o trabalho produtivo dos camponeses.

Como estudo prévio em uma escola do campo, participamos na escola do campo EEM José Fidelis de Moura, no Assentamento Conceição Bonfim, em Santana do Acaraú/CE, de um

encontro formativo de educadores e educadoras das escolas do campo no intuito de experienciar a realidade da escola de estudo. Participaram, também, do encontro a Francisco Araújo Barros, localizada no Assentamento Lagoa do Mineiro, em Itarema, e a escola Maria Nazaré Sousa (Nazaré Flor), localizada no Assentamento Maceió, em Itapipoca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados já levantados, considera-se que os movimentos socioterritoriais como o MST vem se afirmando na conquista de Assentamentos de Reforma Agrária e das escolas de Ensino Médio nos assentamentos, com uma proposta curricular que atenda às necessidades dos camponeses. No entanto, percebe-se que ainda há muitos desafios, onde não se tem uma afirmação concreta de políticas públicas para o povo do campo. Como prova desse fato é a não realização da reforma agrária no país e a negação dos direitos básicos para os sujeitos do campo, como a que vem se afirmando com o fechamento de escolas no campo. Em contrapartida, é no movimento de luta que os camponeses e camponesas vem conquistando seus direitos, reivindicando e pressionando o Estado pela criação e afirmação de sua cidadania. O estudo é importante para analisarmos a importância do MST na luta pela terra em articulação com a educação, sendo as escolas do campo nas áreas Assentamentos de Reforma Agrária os espaços de resistência e construção de saberes e reafirmação dos territórios camponeses. Junto a isso, o estudo contribui para gerar análises sobre o fechamento de escolas no campo. Assim, se faz necessário os aprofundamentos sobre a temática, no qual faremos, no caminhar da pesquisa de mestrado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de Novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o programa nacional de educação na reforma agrária - Pronera. **Diário oficial da união**, Brasília: 5 nov. 2010. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7352&ano=2010&ato=93bQTQ65EMVpWT612>. Acessado em: 03 mar. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Estatística censo escolar**. Instituto Nacional Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>. Acesso em: 04 jun. 2022a.

BRASIL. **Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -INEP**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/estatisticas-censo-escolar>. Acessado em: 14 Set. 2022b.

DINIZ, Aldiva Sales. **TRILHANDO CAMINHOS: A resistência dos camponeses no Ceará em busca de sua libertação**. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). *In*: CALDART, Roseli Salete.; PEREIRA, Isabel Brasil.; ALENTEJO, Paulo.; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 498-502. ISBN 978-85-7743-193-9.



UNIVERSIDADE ESTADUAL
VALE DO ACARAÚ

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E EDUCAÇÃO SUPERIOR

MOLINA, Castagna Mônica; SÁ, Mourão, Lais. Escola do Campo. *In*: CALDART, Roseli Salete.; PEREIRA, Isabel Brasil.; ALENTEJO, Paulo.; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs).

Dicionário da educação do campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 498-502. ISBN 978-85-7743-193-9.

OLIVEIRA, Adeliane Vieira de. **A territorialização das da escola de Ensino Médio do campo**: o caso da EEM Francisco Araújo Barros no Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema - Ceará. 2018. 202 f. Dissertação (Mestrado acadêmico em Geografia - MAG) - Universidade estadual do Vale do Acaraú - (UVA), Sobral/CE, 2018. Disponível em: <http://www.uvanet.br/>. Acesso em: 10 maio 2022

SANTOS, Clarice Aparecida. Programa nacional de educação na reforma agrária (pronera) *In*: CALDART, Roseli Salete.; PEREIRA, Isabel Brasil.; ALENTEJO, Paulo.; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 601-639. ISBN 978-85-7743-193-9.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. SEDUC. **Educação do campo**. Ceará, 2023. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-do-campo/>. Acessado em: 21 out. 2023.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo - SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.